

**DEMOCRACIA NA CIBERCULTURA: A INCOMUNICAÇÃO NA INTERNET
ENTRE DEPUTADOS E CIDADÃOS NO ESTADO DO PIAUÍ**

Deusiney Robson de Araújo Farias¹

Resumo

Este artigo foi desenvolvido à partir da conclusão da dissertação de mestrado que leva o mesmo nome. O trabalho tem por objetivo investigar a comunicação na Internet entre governantes e governados, tendo como referência os deputados e cidadãos do estado do Piauí. Esta pesquisa teórico-empírica se desenvolveu em três fases: a pesquisa bibliográfica, baseada em investigações sobre democracia, sociedade, cultura, cibercultura e pós-modernidade; a investigação dos *sites* de deputados do Piauí, em especial os *blogs* e *microblogs*; e a realização de entrevistas com deputados e cidadãos daquele estado. Na medida em que a pesquisa se aprofunda no âmbito da comunicação entre governantes e governados, percebe-se uma presença muito maior da *incomunicação* do que da própria comunicação.

Palavras-chave: Democracia. Cibercultura. Comunicação. Incomunicação. Piauí.

Deputados e Cidadãos na cibercultura

Podemos dizer que a cibercultura mudou a forma como os indivíduos passaram a se relacionar com seus pares e com o mundo. Trivinho (2011), por exemplo, acredita que a relação do homem com a velocidade e com a imagem tenha mudado não somente a cultura, mas a forma de agir do homem em sociedade. Neste momento, formas de vinculação social, além daquelas tradicionalmente conhecidas no Ocidente, têm ganhado outras propriedades. Aquilo que Cazeloto (2009) chama de vinculação abstrata é uma delas. Estamos falando da “virtualização” das comunidades, processo que está crescendo cada vez mais. E, por conta disso, muitos teóricos acreditam que as vinculações entre governados e governantes possam ser melhoradas.

No entanto, há uma ponderação já mencionada por muitos teóricos, mas relembra por nosso trabalho: a rede mundial de computadores oferece muitas plataformas de comunicação entre governantes e governados e permite que ambos possam ter uma

¹. Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: deusineyrobson@hotmail.com.

comunicação contínua, interativa e sem fronteiras geográficas. Porém, existem centenas de outras fronteiras que não permitem o acesso a esta nova forma de comunicação como, por exemplo: o desinteresse.

Deputados do Piauí e a Internet

De acordo com a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil do ano de 2010², apenas 35% das casas possuíam computador, somente 27% tinham algum tipo de conexão à Internet e 52% da população brasileira nunca havia acessado nenhum conteúdo na Internet. Porém, é difícil não associarmos o uso do computador e da Internet à quase todas as práticas ou vivências da sociedade contemporânea.

Não sabíamos bem os motivos, mas havíamos percebido que muitos políticos tinham aderido à comunicação com seus eleitores por meio da Internet; uma forma de comunicação interativa, que para Ituassu “é percebida como um ambiente de comunicação com potencial de transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas” (2011, p. 05). Porém, assim como seus representados, muitos políticos não haviam aderido a essa forma de comunicação. E isso pode ter variados motivos, como por exemplo: a ausência de seus eleitores na rede, o baixo conhecimento dela, a pouca importância que se dá às discussões feitas naquele ambiente ou mesmo pela pura falta de interesse. Motivos que couberam na investigação do grupo de deputados determinado por este trabalho. E, neste ponto, alguns dados quantitativos foram importantes para nossa análise.

A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (Alepi) possui 30 cadeiras legislativas, as quais eram preenchidas por 24 deputados titulares e seis suplentes até o último levantamento feito por nossa pesquisa em julho de 2012. Durante o arrolamento dos dados dos deputados referente à manutenção dos *sites*, *blogs* e *microblogs*, verificamos que todos possuem um *e-mail* institucional da própria Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Mais de 70% dos deputados não possuía, até a última atualização do mapeamento dos dados³, qualquer *site* na Internet. Apenas 10% mantinham qualquer *blog* na rede, mesmo que metade deles estivesse

²Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil. TIC Governo Eletrônico – 2010. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010. Após a defesa e aprovação da dissertação de mestrado, da qual este artigo foi extraído, foram lançadas as Pesquisas sobre o Uso de TIC no Brasil de 2012.

³O primeiro levantamento dos dados foi iniciado no dia 09/03/2012 e finalizado no dia 16/04/12. Depois se retomou um novo arrolamento no segundo semestre deste mesmo ano, entre as datas 10/08/12 e 15/10/12.

desatualizada desde a campanha eleitoral anterior, ou seja, setembro de 2010. Metade dos deputados possuía *Twitter*, dos quais quatro estavam desatualizados desde a campanha eleitoral de 2010 e um deles desde agosto de 2011. Em relação ao *Facebook*, apenas quatro deputados possuíam a ferramenta e, em relação ao *Orkut*, oito parlamentares possuíam cadastro no *microblog*. Um fato curioso é que um dos deputados possuía conta no *Youtube*, utilizado para veiculação de pronunciamentos e mensagens aos cidadãos. Uma grande parte, ou seja, 30% deles, não possuíam qualquer tipo de plataforma de comunicação, excluindo-se o *e-mail* institucional, que se pressupõe ser cadastrado pela própria instituição.

Percebe-se, portanto, que muitos deputados piauienses não aderiram a esta nova forma de comunicação, mas a que se deve este fato? Teriam os deputados dificuldades de acesso? Seria falta de interesse? Essas são algumas questões que foram esclarecidas por meio das entrevistas.

A informatização da Alepi

Ao chegarmos à Alepi, nos deparamos com uma instituição completamente informatizada. A então presidência do legislativo, em sua segunda legislatura, criou um canal de TV, um de rádio e a informatizou completamente. Portanto, pensamos ser de extrema importância entrevistar qualitativamente o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação daquela instituição, mesmo que não estivesse previsto no projeto de estudo. Para este trabalho, sua contribuição pôde esclarecer vários pontos, antes mesmo de entrevistarmos os deputados.

Segundo o diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Alepi, Sr. Marco Maia, existiam, até então, 500 computadores em toda a instituição. No entanto, segundo ele, mesmo com toda a estrutura fornecida aos deputados, poucos possuem *site* ou outro meio de comunicação na Internet. O diretor ressaltou que, para os parlamentares, os recursos de informática no plenário se tornam importantes para informá-los no momento das “plenárias”.

Este é um dado que já havíamos obtido nas buscas que realizamos no *site* da Alepi, no *site* Transparência Brasil e no portal de buscas *Google*. Porém, essa informação veio acompanhada de outras mais importantes para o entendimento de nossa pesquisa. Para ele, os *sites* de informação, que facilitam o acesso às informações em tempo real, têm provocado

uma mudança cultural não só no comportamento político dos deputados, mas em todo o estado do Piauí⁴.

Ao ser questionado se os *blogs*, *microblogs* e *sites* pessoais, que teoricamente facilitam a comunicação entre deputados e cidadãos, também são liberados na Alepi, Marco diz que nos gabinetes são liberados, mas no plenário⁵, somente se for solicitado pelo deputado e após uma avaliação da solicitação. Isto nos leva a crer que mesmo que os deputados tenham à sua disposição os meios de comunicação necessários para uma comunicação mais rápida e sem obstáculos, e no lugar mais indicado – se não o mais indicado, pelo menos o mais representativo para a prática dessa comunicação: o plenário, lugar onde acontecem as discussões, proposições e criações de leis – não existe o interesse nesse tipo de comunicação naquele local e momento.

Não há páginas individuais dos deputados no *site* que permitam uma comunicação com os cidadãos, mas existem aquelas com informações sobre os parlamentares, incluindo um *e-mail* institucional para contato, foto e currículo fornecidos pela assessoria de cada deputado. Pesquisando mais, podem ser encontradas informações como principais proposições, projetos de lei e outras informações. Segundo o diretor de TIC da instituição está sendo viabilizado um novo modelo de página pessoal para os deputados, na qual constarão todas essas informações conjuntamente.

É importante ressaltar que antes das entrevistas foi realizado um mapeamento prévio de todos os *sites*, *blogs* e *microblogs* dos deputados estaduais do Piauí. Outro aspecto importante, é que o acesso aos deputados não é fácil. Muitas tentativas de comunicação por *e-mail* foram realizadas para agendamentos de “audiências” com os parlamentares antes de nossa presença na Alepi, mas todas sem êxito, o que dificultou nosso acesso a alguns deputados.

A primeira impressão que tivemos, antes mesmo de buscarmos os sujeitos da pesquisa, foi que deputado não gosta de responder *e-mail*. Mas, obviamente, continuamos nossa pesquisa, mesmo sem a certeza de que conseguiríamos entrevistá-los.

⁴ A gente tem uma peculiaridade, uma característica, que é muito particular (de Teresina principalmente), que é esse *boom* de notícias nos portais. Primeira página de jornal deixou de ser novidade aqui no Piauí. Quando a notícia sai na primeira página em um dia, no dia anterior à tarde você já está sabendo o que vai ser. Porque o povo aqui tem a cultura muito grande de portal de notícias (MAIA apud FARIAS, 2013, p. 124).

⁵ Local da Assembleia Legislativa onde todos os deputados se reúnem para as sessões ordinárias e extraordinárias.

Comunicação e Informação

Marco Maia posiciona o Legislativo como um dos que mais oferece condições, em todo o Brasil, para o acesso ao deputado por meio da Internet, segundo ele, os deputados hoje têm a preocupação de colocar as assessorias para monitorar os portais de notícias, mas não de criar um vínculo comunicativo com os cidadãos.

E essa é uma revelação importante feita por ele: a preocupação e a utilização dos recursos de informática disponibilizados pela Alepi para a busca de notícias e informação é muito maior que para a comunicação com os cidadãos. E mesmo tendo as ferramentas necessárias para isso, provavelmente “eles não teriam tempo para utilizar isso diariamente” (MAIA apud FARIAS, 2013, p. 127).

E aqui, nos cabe fazer uma breve distinção entre os termos comunicação e informação. Começamos a pensar, portanto, a partir das etimologias das duas palavras: 1) comunicação: ato de se comunicar, do verbo latim *communicare*, que significa “por em comum, repartir, dividir alguma coisa com alguém”, tem sua origem na palavra *communis*, que significa “comum, que pertence a vários ou a todos, público, geral”, que por sua vez dá origem a várias outras palavras como *commune* (comunidade, o povo, o Estado), *communitas* (comunidade, conformidade), *communiter* (juntamente, em comum), *communionis* (comunhão, participação mútua, conformidade), entre outras. 2) Informação do latim *informare*, significa “dar forma a, formar, fabricar”. A palavra dá origem ao substantivo *informatio* ou *informationis*, que é a ação de formar ou que pode significar representação⁶. No modelo *funcionalista*⁷ de comunicação esses dois termos se confundem e relacionam-se com a “transmissão” de mensagens (BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 63).

Neste trabalho, contudo, queremos utilizar a ideia indicada por Pross e aproveitada por Norval Baitello Junior (2005a; 2005b) e Maurício Ribeiro da Silva (in BAITELLO JUNIOR, 2005b) de que a comunicação baseia-se no vínculo de um ou mais “corpos” e de que o processo está para além do meio, de que esse processo seja a construção de vínculos ou a ponte entre dois espaços distintos. A informação, porém, representa, como no latim, a

⁶Todas as palavras em Latim deste tópico foram retiradas de BUSARELLO, Raulino. Dicionário básico latino-português. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

⁷Do pensamento funcionalista de que o “meio é a mensagem” de McLuhan (SILVA in BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 63).

intenção de formar ou dar forma. Não se trata do vínculo entre *corpos*, mas da interferência direta de um *corpo* sobre outro ou sobre um objeto, que se manifesta na forma de divulgação, manipulação, convencimento, publicidade etc.

É importante ressaltar que essa é uma constatação de um fenômeno que também extraímos posteriormente nas entrevistas com os deputados. A relação dos meios de comunicação, em especial a Internet, e a produção e apropriação das informações, é relacionada como a forma mais importante de utilização. Por muitas vezes, confundiu-se o termo comunicação com informação, ou vice-versa, e em outras vezes, mesmo que não houvesse a confusão dos termos, havia um desinteresse claro do uso do meio para a comunicação, principalmente, aquela direta com os cidadãos. Entendia-se, quase sempre, que os meios de comunicação devem ser utilizados para informar⁸.

Apesar de no entendimento *funcionalista* haver essa confusão entre os termos, e aparentemente, esse seja o entendimento dos deputados, nossas perguntas eram claras naquilo que queriam extrair dos entrevistados. Duas perguntas, principalmente, faziam essa distinção: 1) “De que forma, considerando todas as formas de comunicação, Vossa Excelência prefere se comunicar com o cidadão?”. Essa era uma pergunta que pressupunha um vínculo, comunicar-se *com* alguém, não fazer sozinho e sim *com* a outra pessoa. Outro fator importante, é que fomos claros ao considerar “todas as *formas* de comunicação”. 2) “Por qual meio de comunicação Vossa Excelência acha que os cidadãos ficam sabendo da atuação dos parlamentares? E da sua atuação?”. Nessa pergunta também há a clareza de que não existe nenhum vínculo, mas o interesse em *saber* ou se *informar*. E esta pergunta deixa claro que existe, ao contrário da pergunta anterior, a interferência de um meio. As duas perguntas são claras em seus interesses, em uma queríamos saber se eles criam esses vínculos com os cidadãos, na outra, que meios favorecem a informação sobre as suas atuações.

Opiniões de Deputados e Cidadãos em relação à comunicação

É importante ressaltar que este trabalho prevê a análise de duas categorias: governantes e governados. Aqui, representados por deputados e cidadãos do estado do Piauí.

⁸Jean-François Lyotard (1988, p. 28-29) nos lembra que reduzir as “mensagens” apenas à função de informar “é adotar uma perspectiva que privilegia indevidamente o ponto de vista do sistema e seu único interesse”. Em alguns casos, se não na maioria deles, muitas das informações disponíveis em *sites*, *blogs* ou *microblogs*, são de promoção pessoal, sem a busca do vínculo, mas apenas da informação a fim de maximizar suas *performances*.

Porém, é evidente que pela categoria cidadão podem-se compreender todos os cidadãos daquele estado. Portanto, nos coube uma subdivisão da categoria, considerando que “a busca não é pelos números, mas pelos significados” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 106).

Subdividimos, portanto, os cidadãos em vários grupos, que representam *minorias* e a pluralidade de nossa sociedade: estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos, representantes de classe e de bairros. Essas subcategorias representam não só o que os cidadãos piauienses pensam na atualidade, como apresentam diferentes visões, enriquecendo assim os dados de nossa pesquisa.

Na categoria dos cidadãos foram entrevistados oito estudantes universitários; três profissionais liberais, sendo dois jornalistas e um advogado/professor universitário; um funcionário público; um representante de classe e um representante de bairro.

Em relação aos deputados, entrevistamos dois deputados estaduais e um deputado federal, que apesar de não fazer parte da Alepi, compõe a bancada federal de representantes daquele estado. Entendemos que mesmo como deputado federal, ele deveria ser contemplado por nossa pesquisa e que isso apenas enriqueceria nosso trabalho. Além do mais, há uma grande dificuldade de acesso aos deputados, o que nos impossibilitou de entrevistarmos mais deputados no tempo determinado.

O primeiro ponto identificado pela análise das entrevistas foi a indefinição no termo democracia por parte de todos os sujeitos da pesquisa. Mesmo em categorias ou profissões semelhantes a ideia de democracia é muito diferente. Sendo assim, visto que não há uma única definição no termo democracia e que o próprio significante tenha perdido a força, e que tenha assumido vários significados, na maioria das vezes pessoais, determinando assim a impossibilidade de sua realização, propomos a retomada da ideia de Ernesto Laclau (2011) de *significante vazio* para o termo democracia.

No entanto, nosso objeto principal, condição implicada pela própria teoria democrática, é a comunicação entre governantes e governados, tendo a Internet como ponto principal e analisando-a como *vinculação* e não apenas como uma transmissão de mensagens, e sobre isso que discorreremos daqui por diante.

Uma informação importante trazida por nossa pesquisa é que os deputados e cidadãos entrevistados ainda concordam, em sua maioria, que a TV seja o meio de comunicação que exerce maior influência na sociedade. De fato, 82% dos entrevistados, entre deputados e

cidadãos, consideraram esse meio de comunicação o mais influente na divulgação da atuação dos parlamentares. No entanto, percebemos que para 64% deles a Internet já exerce uma grande força nessa divulgação⁹. A ideia de Muniz Sodré (2010, p. 19), de que a televisão “‘coroa’ o sistema, funcionando como sua última palavra técnica e sua mais sedutora proposta informacional”, permanece atual e com uma grande força no *campo político*.

Deputados e cidadãos concordaram que a Internet poderá possibilitar, no futuro, a criação de uma nova forma de democracia. Todos os deputados concordaram que ela possa ser utilizada como ferramenta de auxílio para a participação nas ações políticas. Mesmo que concordem que pontos como a desigualdade social e a legitimidade das manifestações na Internet sejam anuências para a exclusão de boa parte da sociedade das discussões políticas e, portanto, um obstáculo.

Em relação à comunicação entre deputados e cidadãos na internet, apenas seis dos 15 cidadãos entrevistados disseram manter algum contato com os deputados: cinco deles disseram acessar os *sites*, *blogs* e *microblogs* dos deputados, mas todos que afirmaram manter um contato com o parlamentar disseram que essa comunicação se desenvolve, também, pessoalmente, e em sua maioria, suas profissões são inteiramente ligadas ao campo político.

E aqui percebemos a atuação da comunicação, ou seja, da instituição de um *vínculo entre corpos*. Um dos entrevistados revela que os deputados estabelecem “um elo entre o profissional de imprensa e o parlamentar”, ou seja, existe um *vínculo entre os corpos* constantemente entre essas duas categorias. Coincidentemente ou não, percebemos que este vínculo se estabelece principalmente com os seguintes cidadãos: jornalista, advogado/professor universitário, funcionário público, representante de juventude partidária e representante de bairro. Ao que podemos induzir que esses cidadãos são importantes para os deputados porque estabelecem uma comunicação direta com seus grupos e com o restante da sociedade. O que nos faz retomar a análise das entrevistas com os deputados e perceber que a preferência pela *informação* ao invés da *comunicação* com os cidadãos tem um sentido.

Quando, porém, analisamos as respostas dos estudantes a respeito de seus contatos com os *sites*, *blogs* e *microblogs* dos deputados, as respostas são exatamente o contrário das respostas dos grupos citados anteriormente: todos os estudantes afirmaram não acessar

⁹ Essa pesquisa se refere à pesquisa realizada no ano de 2012. Não sabemos se os chamados “Movimentos de Junho” de 2013 mudaram a opinião destes sujeitos.

nenhum desses canais, apesar de sete dos oito estudantes garantirem ter canais de comunicação na Internet.

É, portanto, uma das conclusões dessa pesquisa a proposta de que a Internet para a constituição da comunicação, como *vínculo* entre deputados e cidadãos seja potencialmente possível, visto que deputados e cidadãos utilizam cada vez mais esse meio de comunicação. Porém, o uso concreto desse meio desenvolve-se para outro tipo de comunicação que favorece muito mais a informação e a busca de notícias superficiais.

Na visão dos deputados entrevistados, na maioria das vezes, os meios de comunicação são utilizados com a finalidade de informar, mesmo que permitam uma interação com os cidadãos. Para Castells *apud* Pinho (2008, p. 476), “governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônicos para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real”. E este é um dos pontos em que percebemos, na entrevista com os deputados, uma confusão entre as palavras comunicação e informação¹⁰. Como dito anteriormente, na análise da entrevista com o diretor de TIC da Alepi, por muitas vezes confundiu-se esses termos e, em outras, mesmo que não houvesse clareza no entendimento, ocorreu um desinteresse claro do uso da comunicação com os cidadãos.

O interesse em informar foi uma das características mais presentes em nossas entrevistas com os deputados, além da necessidade de *velocidade* e *visibilidade*. Em algumas respostas percebemos claramente que não se trata de uma necessidade de se comunicar com os cidadãos, mas de que a sua atuação seja vista pelo maior número de pessoas. E aqui podemos perceber a presença do “imperativo da visibilidade”, ideia de Paula Sibilia (2003), da qual tratamos no segundo capítulo da dissertação. Como já dissemos, na cibercultura, a presença do “eu” político parece ser constantemente necessária para uma confirmação de sua existência. Isso porque, cada vez mais, a sociedade baseia a lógica de suas vidas no entrelaçamento do real com o mundo virtual. A informação é o foco principal dessa presença dos deputados na Internet.

Percebemos, que mesmo que os deputados afirmem que seus canais de comunicação na Internet sirvam para uma interação com os cidadãos, essa comunicação, na realidade, se transverte em informação de interesse do deputado e com o intuito de formar a opinião dos

¹⁰Muniz Sodré (2010, p. 24-28) também fala sobre essa confusão entre informação e comunicação. Para o autor, é no *diálogo* que a comunicação se revela como *troca*, na medida em que incorpora o discurso de todos que participam da comunicação e não apenas do “*emissor*”. Na sua concepção, a informação é exatamente o inverso disso.

cidadãos que acessam seus canais de comunicação na rede mundial de computadores. A presença das assessorias, ou seja, de moderadores, na construção dessas informações, é outro fator importante, alguns casos foram relatados pela pesquisa.

A presença da incomunicação

Na análise das entrevistas, algo nos inquietou e gerou um questionamento: o que deputados e cidadãos fazem na internet é comunicação? Resolvemos, portanto, fazer uma distinção: 1) de um lado, temos políticos ansiosos por seus *sites*, *blogs* e *microblogs* repletos de acessos, de eleitores em potencial, de propagadores de suas ações; 2) do outro lado um público que em primeiro lugar é ansioso por estabelecer “vínculos”, por levantar uma bandeira partidária, ou mesmo pessoal; em segundo, que busca informações políticas nos mais diversos meios; em terceiro, que tem a ideia de que a Internet possa no futuro ser um meio favorável para essa comunicação; em quarto, que deseja participar do processo político, mesmo após o processo eleitoral; e em quinto, que aspira uma visibilidade do político. Analisando tais distinções, poderíamos dizer que há uma presença muito maior de uma *incomunicação* do que propriamente da comunicação. Os interesses não são *comuns*.

É difícil explicar que um deputado que inicia canais de comunicação na Internet, mesmo que por meio de assessorias, não esteja querendo se comunicar. Pensando *funcionalmente*¹¹ isso é comunicação. Afinal, para o pensamento *funcionalista*, a transmissão de uma mensagem ou de uma informação estabelece o ato de se comunicar. Porém, não queremos aqui pensar apenas o lado funcional da comunicação, antes de tudo, estamos propondo que ela seja vista como ponte entre dois diferentes espaços, assim como Harry Pross propunha como vínculos que são estabelecidos entre os vários sujeitos da sociedade (MENEZES in BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 26).

Como argumento de nossa proposição, apresentamos a ideia de Baitello Junior (2005b), de que comunicação e incomunicação são irmãs gêmeas. E, também, a ideia de que o esvaziamento, a superficialização e a constituição de um imaginário pasteurizado nada mais são do que manifestações da presença da incomunicação (SILVA in BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 66).

¹¹Como já explicitado anteriormente, do pensamento funcionalista de que o “meio é a mensagem” de McLuhan. (SILVA in BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 63)

Quanto mais ressaltamos e nos orgulhamos dos bons serviços e das qualidades da comunicação, mais a incomunicação ganha força e ousadia, provocando estragos, desfazendo e desmontando, distorcendo e deformando, semeando discórdia e gerando *falsas expectativas*, invertendo sinais e valores, azedando as relações e produzindo estranhamentos incômodos (BAITELLO JUNIOR, 2005b, grifo nosso)

Ao constatararmos que alguns deputados e cidadãos escolheram os espaços virtuais para aumentar sua *visibilidade* e diminuir o *abismo* que existe entre os dois, constatamos também que esses sujeitos estão mais preocupados com a *velocidade* e com a *visibilidade* que a cibercultura os impõe. As falsas expectativas criadas por ambas as partes são mais do que uma evidência de que a incomunicação, nesse caso, prevalece muito mais que a comunicação. O excesso de informação gerada pelos deputados e o excesso de tecnologia e visibilidade utilizado pelos dois lados são aspectos que nos permitem argumentar, baseados em Baitello (2005a; 2005b), que esta situação é um espaço aberto para a atuação da incomunicação: é o que fica no lugar dos vínculos rompidos entre corpos, mas ainda entendidos como vínculos; são os fantasmas dos vínculos, que se desenvolvem nas incapacidades de comunicação, em suas lacunas, no seu boicote e em seus entraves.

Considerações Finais do trabalho

A democracia sempre pressupôs um vínculo comunicativo entre os sujeitos de uma sociedade, a fim de se criar uma identidade e uma política universal. Mesmo em sua forma representativa, pressupunha-se que este vínculo entre representantes e representados, chamado *isegoria*, deveria existir. Porém, essa sempre foi a grande dificuldade na constituição da democracia. Estabelecer vínculos entre o *campo político* e os cidadãos sempre foi um desafio.

A cibercultura, todavia, trouxe essa ideia, de que os espaços horizontais da vida cotidiana poderiam ser substituídos pelos espaços verticais do mundo virtual. De certa forma, essa substituição de um vínculo entre os corpos, na tentativa de uma “conexão” mais rápida, *in real time* e transpondo os espaços reais, é o que favorece a incomunicação.

A segunda razão: a perda dos vínculos com o outro ser ao lado (uma vez que os vínculos elementares que constituem nossa natureza humana são necessariamente horizontais); isto quer dizer, a renúncia à capacidade de comunicar-se, abrindo os espaços para a livre escalada da incomunicação (BAITELLO JUNIOR, 2005b, p. 10)

É um vínculo que existe no espaço virtual, mas não existe no espaço real, ou que o rompe, que pode até existir, mas que substitui um vínculo entre corpos, por uma incomunicação, pela criação de um vínculo virtual. Constituindo um imaginário pasteurizado, esvaziando o sentido da política e da própria democracia e superficializando as discussões, os debates, as presenças, as ausências, os pluralismos, as ideias e tudo que constitui a política na contemporaneidade. Por fim, a incomunicação está presente por ser condição necessária para a presença da comunicação, mas o que propomos em nosso trabalho foi que, na tentativa de comunicação na internet entre deputados e cidadãos no estado do Piauí, a incomunicação encontra muito mais espaços abertos para sua constituição do que a própria comunicação.

Referências

BAITELLO JR., Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hackers, 2005a.

_____; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugenio de O. (org.). **Os Meios da Incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005b.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FARIAS, Deusiney Robson de A. **Democracia na Cibercultura**: a incomunicação na Internet entre deputados e cidadãos no estado do Piauí. 2013. 174 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Paulista, São Paulo.

ITUASSU, Arthur. Participação, cidadania e ciberdemocracia no Brasil. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, E-compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Coord. e Revisão técnica geral Alice Casimiro Lopes; Elisabeth Macedo. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3 ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

_____. **A condição pós-moderna**. 6 ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL. **TIC Governo Eletrônico – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

_____. **TIC Domicílios e Empresas – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

PINHO, José A. G.. Investigando portais de governo eletrônico nos estados do Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, n. 42 (3), Rio de Janeiro, p. 471-493, Mai./Jun. 2008.

SIBILIA, Paula. **Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica. do sujeito**. XII COMPOS, 2003. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/tics/2003/>> no e-book do GT. Acesso em: 02 out. 2012.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRIVINHO, Eugênio (org.); CAZELOTO, Edilson (org.). **A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**, São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2009. Disponível em: <<http://www.abciber.org/publicacoes/livro1>>. Acesso em: 10 mai. 2011.